



**X Congresso Português de Sociologia**  
*Na era da “pós-verdade”? Esfera pública, cidadania e qualidade da democracia no Portugal contemporâneo*  
Covilhã, 10 a 12 de julho de 2018

## **Pobreza, Exclusão Social e Políticas Sociais [ST]**

### **Desigualdades regionais no RSI, o que é que torna os Açores diferentes?**

**DIOGO, Fernando**, (UAc, FCSH – CICS.UAC – CICS.NOVA.UAC),  
fernando.ja.diogo@uac.pt

**BULHÕES, Marta**, (Instituto de Segurança Social dos Açores),  
martabbulhoes@gmail.com

#### **Resumo / Resumen / Abstract / Résumé**

Os Açores apresentam sempre a maior taxa de pobreza do país (por regiões NUTS II), o mesmo se verifica no que respeita ao RSI. Contudo, a comparação das taxas de pobreza com as taxas de beneficiários em percentagem da população residente coloca um problema adicional. A Região tem a maior percentagem de população residente com o estatuto de beneficiário do RSI no conjunto do território nacional. De facto, o valor dos Açores representa mais do que três vezes a média e é verdadeiramente singular no contexto nacional.

Nesta comunicação, pretende-se recensear as possíveis razões que explicam a grande diferença entre os Açores e o resto do país, no que respeita à pobreza, e apresentar os resultados disponíveis que justificam essa diferença. Defende-se que estas razões estão associadas a algumas particularidades do funcionamento da economia açoriana, à estrutura familiar e à eficácia do aparelho de Ação Social regional.

The Azores always had the highest poverty rate in the country (for NUTS II regions), the same is true for the RSI. However, comparing poverty rates with recipients' rates as a percentage of the resident population poses an additional problem. The Region has the highest percentage of resident population with RSI recipients' status in the national territory. In fact, the value of the Azores represents more than three times the average and is truly unique in the national context.

In this communication, we intend to discuss the possible reasons that explain the great difference between the Azores and the rest of the country, about poverty, and to present the available results that justify this difference. It is argued that these reasons are associated with some particularities of the functioning of the Azorean economy, the family structure and the effectiveness of the regional Social Action apparatus.

Palavras-Chave: pobreza; Açores; Rendimento Social de Inserção

Keywords: poverty; Azores; Social Integration Income (RSI)

XAPS-59435

## **Introdução<sup>1</sup>**

Os Açores têm apresentado, ao longo do tempo, diversas especificidades quando comparados com o conjunto do território português (e em relação ao continente) que se traduzem em potencialidades, mas também em problemáticas e necessidades de desenvolvimento com algumas particularidades.

Nesta comunicação relacionaremos duas especificidades regionais, a pobreza e o Rendimento Social de Inserção. Sendo aparentemente duas questões relativas à mesma problemática geral, elas divergem entre si, para além de cada uma delas divergir ainda dos respetivos dados nacionais.

Pretende-se situar esta dupla divergência e, através dela, ensaiar uma melhor compreensão do que aproxima e afasta a sociedade açoriana do conjunto do país, relevando alguns dos principais desafios que se colocam quer ao desenvolvimento nacional, quer em particular a esta região. Este trabalho será feito através da utilização de estatísticas relativas aos problemas da pobreza e do RSI bem como da informação referente a questões da área da educação, população, emprego e família (algumas destas áreas serão abordadas a partir dos dados do RSI).

Em termos concretos, começamos por situar algumas das principais diferenças sociais dos Açores em relação ao conjunto do país para, num segundo momento, aprofundarmos a questão da dupla especificidade da pobreza e do RSI e, num terceiro e último, ensaiarmos a explicação destas últimas questões nas suas *nuances*, mobilizando indicadores estatísticos relevantes para o efeito.

No que concerne à diversidade intra-regional, e pese embora esta seja uma questão com muita expressão nos Açores, não nos será possível efetuar uma análise exaustiva, dadas as limitações de espaço. A grande conclusão é que a ilha de S. Miguel é muito distinta das outras (cf. Por exemplo Diogo, *et al.*, 2018 e Rocha, 1991).

## **Especificidades regionais no contexto português: Açores, Rendimento Social de Inserção e Pobreza**

Os estudos que têm vindo a ser realizados ao longo dos anos sobre a sociedade açoriana<sup>2</sup> vêm mostrando, nas mais diversas áreas, que os Açores apresentam com

---

<sup>1</sup> Um outro texto sobre esta temática está submetido por Fernando Diogo a uma revista com revisão de pares.

<sup>2</sup> Estes estudos têm sido feitos sobretudo na Universidade dos Açores, no seio do Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores hoje Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade dos Açores, Polo do CICIS.NOVA e também CICS.UAc.

regularidade algumas diferenças em relação às médias nacionais e até às outras regiões do país (NUTS II).

Com relevância para a temática deste texto podemos encontrar estudos na área da violência doméstica, na atividade feminina, na escolaridade e na escolarização dos estudantes, como também na dinâmica populacional (A. Diogo, 2008; F. Diogo *et al.*, 2017, Palos, 2002; Rocha, 1991, 2015; Rocha *et al.*, 2010, 2012, 2016). Mais recentemente, em relação às desigualdades de género em situação de pobreza vide Diogo e Rocha (2018) e sobre a própria pobreza vide Diogo *et al.* (2018).

Destacam-se, nos estudos acima apresentados, diversas características da sociedade açoriana que influenciam o comportamento da pobreza. Os Açores são a mais jovem região portuguesa, situando-se nela o mais jovem concelho do país, a Ribeira Grande (Diogo *et al.*, 2017). Nesta região, as mulheres estão tradicionalmente menos envolvidas no mercado de trabalho (pese embora este facto esteja a mudar muito depressa, nas pessoas menos escolarizadas ainda apresenta alguma persistência), apresentando a menor escolaridade da população ativa e os maiores problemas na escolarização dos jovens (sobretudo no que respeita ao sucesso escolar) (Diogo *et al.*, 2017 e 2018). Tradicionalmente, a Região, apresentava elevados valores de abandono escolar, mas nos últimos anos este tem vindo a tornar-se residual (Diogo *et al.* 2018), embora o valor do abandono escolar precoce (18-24 anos) continue a ser muito elevado no contexto nacional e europeu (Diogo *et al.*, 2017).

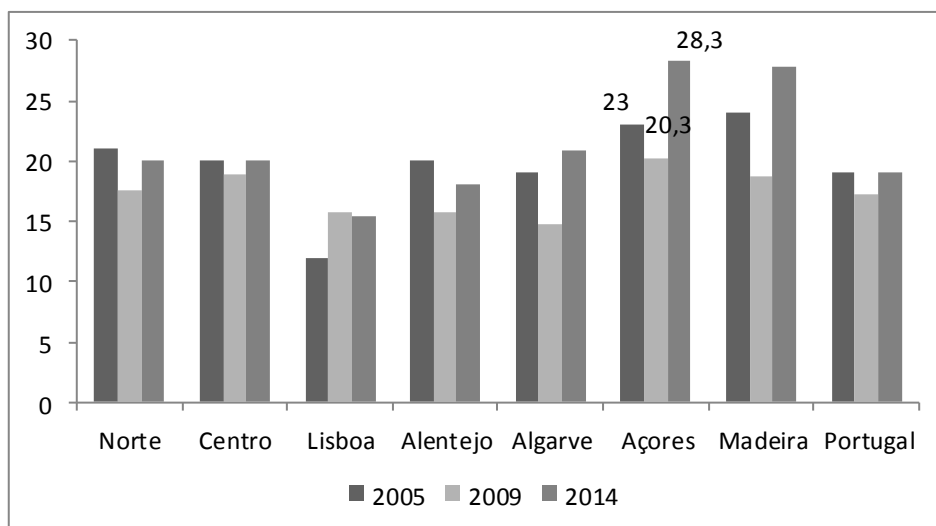
Em termos económicos, a região apresenta um setor primário numeroso no contexto nacional e um crescente peso do turismo, enquadrados por uma importante presença do setor público (algo que se traduz por um elevado peso do sector Terciário no total do emprego) (Diogo e Rocha, 2018). Releve-se, no setor secundário, a importância da Construção Civil considerando que é neste subsector que boa parte dos indivíduos em situação ou em risco de pobreza encontra emprego (Diogo, 2007). Construção Civil (6,5% do emprego), Agricultura e Pescas (10,8%), e Alojamento, Restauração e Similares (8,4%) são sectores de atividade onde a informalidade económica, a precariedade e os baixos salários são particularmente numerosos (Diogo, 2007) e, ao mesmo tempo, são sectores de atividade onde se concentram boa parte dos trabalhadores açorianos (25,7% do total no quarto trimestre de 2017, segundo o Serviço Regional de Estatística dos Açores – SREA).

De seguida, veremos como se caracteriza a pobreza nesta região, no contexto nacional e a partir dos dados do INE. A primeira questão respeita aos limites da informação

estatística referente à pobreza nos Açores. Ao contrário do que se passa no conjunto do país, os dados sobre a pobreza por regiões estão apenas disponíveis no Inquérito às Despesas das Famílias (IDEF) com uma periodicidade de cinco em cinco anos e sem a apresentação de taxas de pobreza por categorias (sexo, idade, situação perante o trabalho...).

A partir de 2019 o INE disponibilizará dados anuais por regiões e referentes ao ano de 2018 no Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR). É com base neste último inquérito que é apresentada a taxa oficial de risco de pobreza (taxa de pobreza). De relevar que se aplica a mesma fórmula de cálculo nos dois inquéritos pelo que os resultados são bastante semelhantes<sup>3</sup>.

**Gráfico 1. Taxa de Pobreza, Regiões NUTS II, 2005, 2009 e 2014**



Fonte: IDEF 2004-2005; 200-2011 e 2015-2016

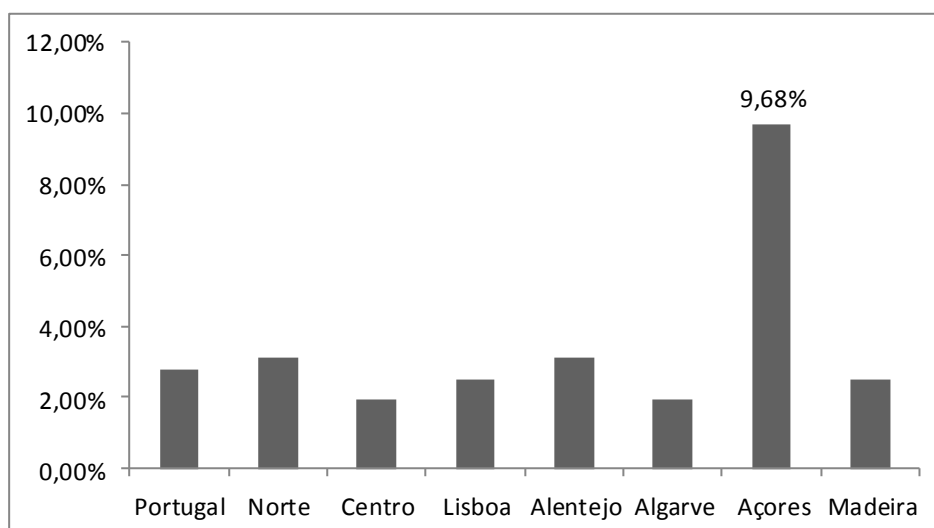
Em termos concretos, as estatísticas sobre a pobreza nos Açores mostram que, de forma sistemática, a região apresenta a maior taxa de pobreza de entre as regiões portuguesas (NUTS II) (*vide* também Diogo, 2011). Este valor situou-se, para o último ano em que existem dados (2014) em 28,3%, mais 8 pontos percentuais (pp) que em

<sup>3</sup> Para o último ano para o qual existem dados no IDEF, 2014. Este inquérito apresentava uma taxa de pobreza para Portugal de 19,1% por contraponto com a taxa referenciada para o ICOR para o mesmo ano de 19,5%, uma diferença de 0,4 pontos percentuais (pp). Os dados em causa respeitam à pobreza monetária.

2009 quando o valor era de 20,3%. Comparativamente à média nacional (19,1%) e, para o mesmo ano (2014), os Açores apresentam um acréscimo de 9 pp.

Em relação ao Rendimento Social de Inserção a situação é algo distinta.

**Gráfico 2. Peso dos beneficiários do RSI na população residente, por regiões NUTS II, 2016**



Fonte: INE, estimativas da população residente 2016, RSI - Pordata II/MTSSS, 2016

Os Açores apresentam-se como a região portuguesa com mais beneficiários em relação à população residente, registando valores muito acima das restantes. Se a média nacional está nos 2,79% os Açores apresentam um valor de 9,68%<sup>4</sup>. A região mais próxima é o Norte, com 3,14%, sensivelmente um terço dos valores açorianos. Estes dados não são conjunturais, uma vez que uma análise diacrónica permite perceber que os valores dos Açores são sempre altos no contexto nacional (Diogo, 2017, Diogo, *et al.*, 2018).

Se na taxa de pobreza e no peso dos beneficiários do RSI na população residente os Açores apresentam dados consistentemente altos, em relação ao conjunto do país e às outras regiões, estas duas variáveis divergem na magnitude da diferença. Com efeito, comparando a taxa de pobreza açoriana com a nacional (rácio) percebemos que a

<sup>4</sup> Existe uma outra forma de fazer este cálculo que permite obter um valor algo inferior, cf. Diogo *et al.*, 2018. Abaixo apresentamos cálculos feitos a partir dessa outra forma. Dessa maneira, daremos conta das duas principais modalidades de cálculo do peso do RSI na população residente.

primeira representa 148,2% da segunda. Em contraste, no caso da percentagem de beneficiários na população residente a receber o RSI, o valor correspondente (rácio) é de 347,3%. A diferença entre os valores das duas variáveis é substancial, quase duas vezes e meia. Estamos, pois, perante a dupla especificidade anteriormente mencionada: as taxas açorianas são maiores do que as médias nacionais mas a taxa do RSI é muito maior em relação à média nacional do que a taxa de pobreza. A questão seguinte é tentar perceber o que justifica cada uma destas especificidades. Neste texto, será apenas apresentada uma contribuição nesse sentido, dada a complexidade das questões colocadas.

Abordada que está a dupla dissonância dos dados sobre a pobreza nos Açores, bem como as características possíveis da pobreza nos Açores e o que é possível saber sobre a sua evolução, a questão que se coloca é a de se explicar o alto valor do RSI e da pobreza. Em nosso entender, trata-se de uma questão complexa, com resposta nas áreas da pobreza (ela própria), mas também do funcionamento do estado, na demografia e no mercado de trabalho.

A primeira resposta para o alto valor da taxa de beneficiários do RSI em relação à população residente nos Açores, por contraponto ao conjunto do país, está no valor da taxa de pobreza: se esta é alta, por comparação com o país, então o seu resultado deve ser um maior número de beneficiários, como realmente se verifica. Contudo, a proporção de beneficiários nos Açores é muito mais alta do que a do conjunto do país, pelo que é necessário encontrar um conjunto de fatores adicionais que explique a diferença. O primeiro desses fatores respeita ao mercado de trabalho e, dentro deste, ao desemprego.

Os dados do RSI permitem perceber, como veremos de seguida que, tradicionalmente, nos Açores a pobreza não está muito relacionada com o desemprego, dado que boa parte dos homens açorianos em situação de pobreza exerce uma atividade profissional com alguma regularidade.

A comparação da taxa de pobreza e da taxa de desemprego permite uma primeira aproximação a esta questão:

**Tabela 1. Comparação entre taxa de pobreza e taxa de desemprego, Portugal e Açores**

	2005		2009		2014	
	Tx pob	Tx desmp	Tx pob	Tx desmp	Tx pob	Tx desmp
Portugal	19	7,6	17,3	9,4	19,1	13,9
Açores	23	4,1	20,3	6,7	28,3	16,3

Fontes: INE, IDEF, Inquérito ao Emprego (Pordata) e SREA, Inquérito ao Emprego

Com efeito, podemos observar que para os dois primeiros momentos acima referenciados (2005 e 2009), os Açores apresentam taxas de pobreza acima da média nacional e taxas de desemprego abaixo e, além disso, baixas em si próprias. É, pois, claro que nesses anos a taxa de pobreza não está muito relacionada com a taxa de desemprego.

Em 2014, a situação inverte-se, dado que a taxa de desemprego regional é alta e acima da média nacional. Neste último ano, a taxa de pobreza aumentou sensivelmente e permite associar, por contraste com os anos anteriores, pobreza com desemprego.

Colocámos a hipótese de este acréscimo na taxa de pobreza estar associado ao aumento do desemprego, em especial na construção civil. Este é um sector de atividade onde, em geral, trabalham indivíduos em situação de pobreza (Diogo, 2007) tendo sofrido uma redução considerável no número de ativos durante o período de crise. Assim, de acordo com o Observatório de Emprego e Formação Profissional dos Açores (OEFPP, dados do Relatório Único), em 2014 o número de ativos na construção civil era de 49,1% do valor de 2010<sup>5</sup>. Em número de empresas o sector registou um decréscimo de 56% entre 2009 e 2015 (Diogo *et al.*, 2018).

Ainda em relação às questões do emprego, a pobreza açoriana tem sido por nós associada às questões da qualidade do emprego (Diogo, 2007): à precariedade, ao baixo salário (mas também a atividades penosas e perigosas), bem como ao facto de, na maioria dos agregados familiares em situação de pobreza nos Açores, as mulheres

<sup>5</sup> Cálculo dos autores. É em 2014 que se verifica a maior taxa de desemprego (16,3%) desde que há registo na atual série estatística (1981) e é também o ano dos últimos dados conhecidos sobre a pobreza nos Açores. Por sua vez, é só a partir de 2010 que o Observatório de Emprego e Formação Profissional dos Açores (OEFPP) disponibiliza dados do Relatório Único. Contudo, este é um ano em que a crise está já instalada pelo que a redução da atividade na construção civil deveria ser ainda maior se tivéssemos podido considerar como base 2008 ou 2009.

serem domésticas (Diogo, 2007), não contribuindo o seu salário para a redução da intensidade da pobreza. Pelo contrário, em situações em que o elemento masculino adulto de um agregado familiar está indisponível para trabalhar (acidente, doença, desemprego...), muito frequentemente, não existe outro salário em casa para mitigar os problemas associados à pobreza, situação que se amplia pelo facto de a precariedade estar muitas vezes associada à ilegalidade (não cumprimento das obrigações de impostos e segurança social), algo que implica uma menor proteção social em caso de necessidade. Esta situação verifica-se com alguma expressividade em áreas como a construção civil, pesca e agricultura, logo, as áreas de ocupação de grande parte dos elementos masculinos beneficiários de RSI na RAA (Diogo, 2007).

Nos últimos anos a taxa de atividade feminina açoriana tem-se aproximado bastante da média nacional (Diogo e Rocha, 2018), no entanto, desconhecemos o real impacto dessa subida nos agregados em situação de pobreza.

A crise económica e o elevado desemprego que gerou terão, pois, levado a uma maior associação entre pobreza e desemprego mas não existem dados concretos para aferir esta forte possibilidade.

Existem outros fatores que explicam a elevada taxa de pobreza nos Açores. Estes estão associados à relação entre as características sociodemográficas dos indivíduos em situação de pobreza e a configuração do mercado de trabalho nos Açores. É ainda necessário ter em atenção as dimensões socioculturais deste problema (como defendem as teorias culturalistas desenvolvidas a partir do trabalho de Oscar Lewis), de onde destacamos a questão da identidade social (Diogo, 2007) e da relação com a escola (A. Diogo, 2008, Diogo, 2013, Palos, 2002, Rocha *et al.*, 2012a e 2012b), bem como os modos de vida identificados por Capucha (2005). Nesta comunicação estes últimos fatores não serão analisados.

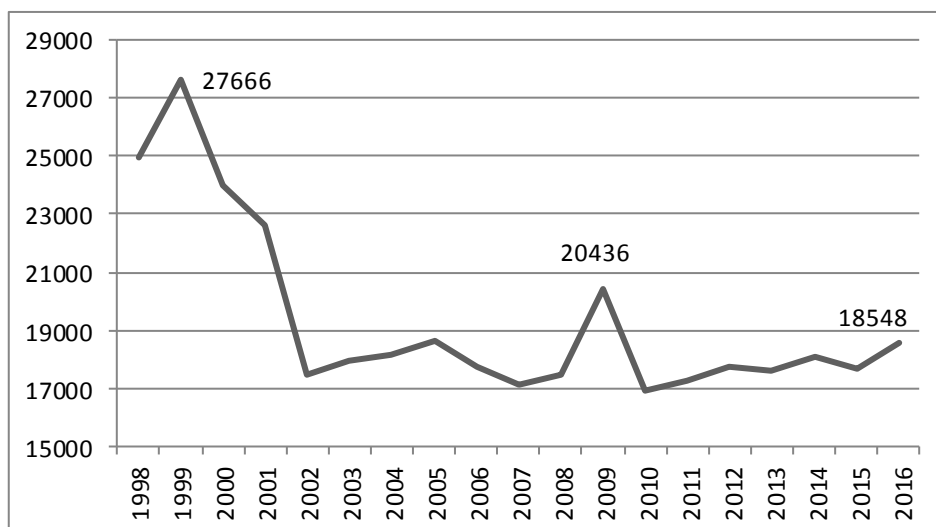
A configuração do mercado de trabalho é importante para se perceber a pobreza nos Açores, uma vez que, para além da construção civil, existem outros dois sectores de atividade onde se podem encontrar indivíduos em situação de pobreza, a saber: a agricultura, sobretudo como trabalhadores ao dia, e a pesca, como pescadores (e na interceção da pesca com o comércio, encontram-se os vendilhões de peixe) (Diogo, 2007). Mais recentemente, o turismo tem todas as condições para fazer parte deste grupo dada a sua grande expansão e pelo tipo de oferta de trabalho que proporciona habitualmente. Ora, estes são sectores de atividade que se caracterizam pela baixa



qualidade do emprego: penosidade, perigosidade (maior incidência de acidentes de trabalho), baixos salários e precariedade.

Estes dados explicam em boa parte o aumento da taxa de pobreza e a sua diferença em relação ao conjunto do país. Contudo, neste texto tentamos também explicar o valor do RSI.

**Gráfico 3. Evolução do RMG-RSI nos Açores 1998-2016, número de beneficiários em valores absolutos**



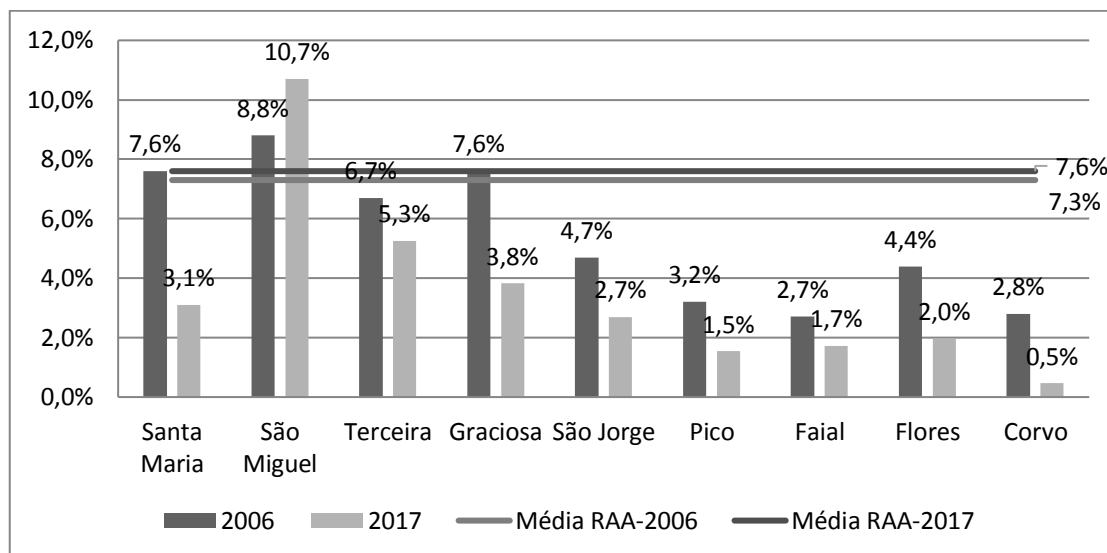
Fonte: ISS (Instituto da Segurança Social)

Ao encetarmos uma análise cuidada aos valores do RSI nos Açores, emerge, desde logo, uma questão fulcral: o RSI apresenta sempre valores altos ao longo de todo o período de existência desta medida (de 1997 a 2004 designada Rendimento Mínimo Garantido), como mencionámos acima e agora ilustramos.

Entre os diversos fatores que explicam esse elevado número de beneficiários, mesmo em relação à taxa de pobreza, encontra-se a rede de apoio social regional. Sendo esta rede bastante extensa, em comparação com o continente, a diferença entre beneficiário potencial e beneficiário efetivo deve ser substancialmente mais pequena. Quer dizer, o RSI é uma prestação que para se concretizar necessita de ser requerida e, no caso dos Açores, existe uma rede de apoio social de elevada densidade no terreno que facilita esse processo de requerimento. Por si só, este fator deve explicar boa parte da diferença. Por outras palavras,

está em causa um funcionamento do estado mais próximo das pessoas, no que à Segurança Social respeita e em relação a esta Região Autónoma<sup>6</sup>.

**Gráfico 4. Beneficiários do RSI face à população residente, por ilha, Açores 2006 e 2017 (%)**



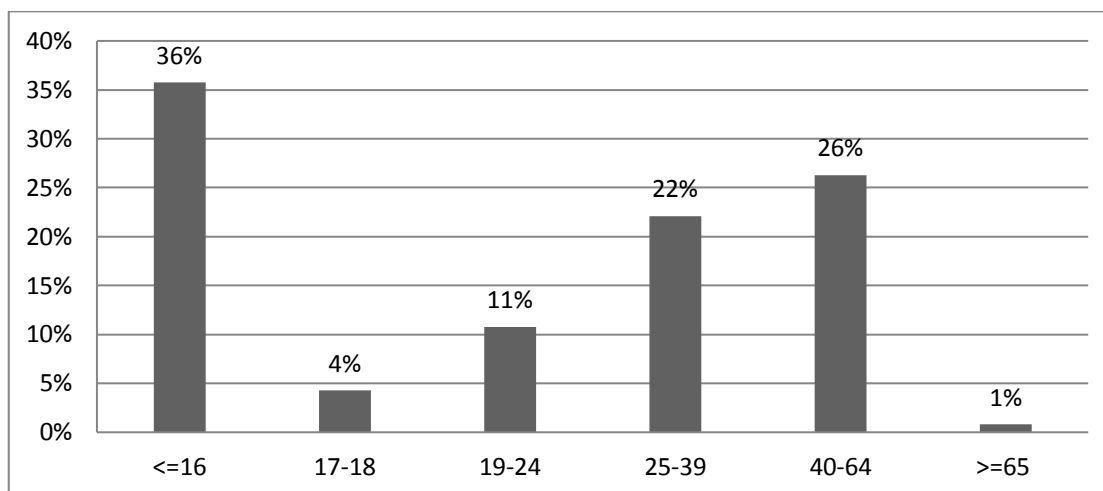
Fonte: ISSA; Censos 2001 e Censos 2011.

De notar que os dados do RSI por ilha<sup>7</sup> permitem perceber que a pobreza se distribui no arquipélago de forma muito distinta. Com efeito, o valor de S. Miguel, em relação à população residente, não tem paralelo nas outras ilhas e, de 2006 para 2016, o peso do RSI desce em todas, com a única exceção de S. Miguel, onde sobe. Esta questão é muito relevante para compreender o arquipélago, mas não será alvo de aprofundamento nesta comunicação.

<sup>6</sup> Não nos foi possível encontrar dados objetivos sobre esta questão, nesta instância baseamo-nos nas avaliações feitas por técnicos e dirigentes da Segurança Social que tiveram oportunidade de trabalhar no continente e nos Açores ao longo dos últimos anos.

<sup>7</sup> Estes dados são calculados com base em dezembro de cada ano ao contrário do cálculo anterior deste valor baseado nos dados anuais (onde estão contabilizados várias vezes os indivíduos que entram e saem do RSI no mesmo ano).

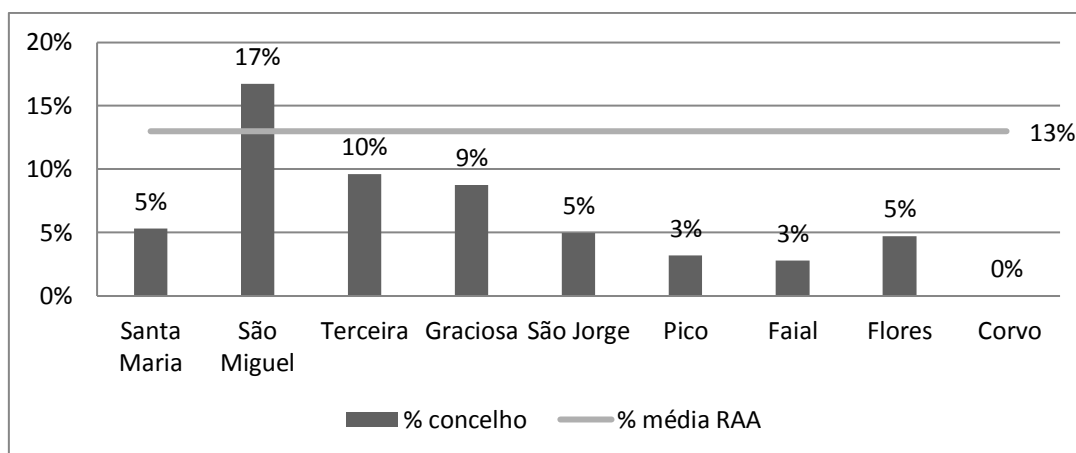
**Gráfico 5. Beneficiários do RSI, por grupo etário, Açores - dezembro 2017 (%)**



Fonte: ISSA

Para além do funcionamento do estado, um outro fator importante para explicar o elevado peso do RSI na população açoriana respeita às questões demográficas, e dentro destas releva-se a distribuição da população por grupos de idade. Uma fração significativa dos beneficiários do RSI (40%) são crianças e jovens, algo que está, sem dúvida, associado à maior juventude da região no contexto nacional. De notar que as crianças (na aceção das Nações Unidas, de indivíduos até aos 17 anos) e as famílias com crianças, são especialmente vulneráveis à pobreza em Portugal, pelo que o maior número de crianças que existe nos Açores, por contraponto ao conjunto do território nacional, será um fator adicional para explicar porque é que a pobreza é mais alta nos Açores (cf. Bastos, 2011, 2015; Diogo, 2018; Sarmento e Veiga 2010, Sarmento *et al.*, 2015).

**Gráfico 6. Percentagem de beneficiários do RSI <18 anos de idade, face à população total <18 anos de idade, por ilha – Açores - dezembro 2017**

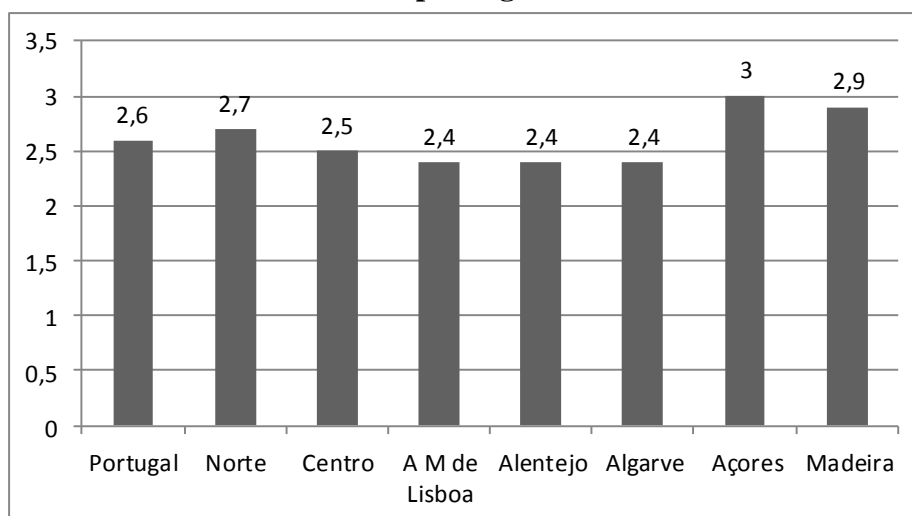


Fonte: ISSA

A análise da distribuição dos beneficiários do RSI menores de 18 anos em relação à população menor de 18 anos confirma esta hipótese, pois é nas ilhas mais jovens, em especial em S. Miguel, que existe uma maior proporção de jovens a receber esta medida de apoio social. A Graciosa é um pouco a exceção.

Em contraciclo de notar que o número de crianças e jovens entre os beneficiários do RSI em Portugal tem vindo a diminuir, mau grado a taxa de pobreza infantil ser persistentemente alta (Diogo, 2018).

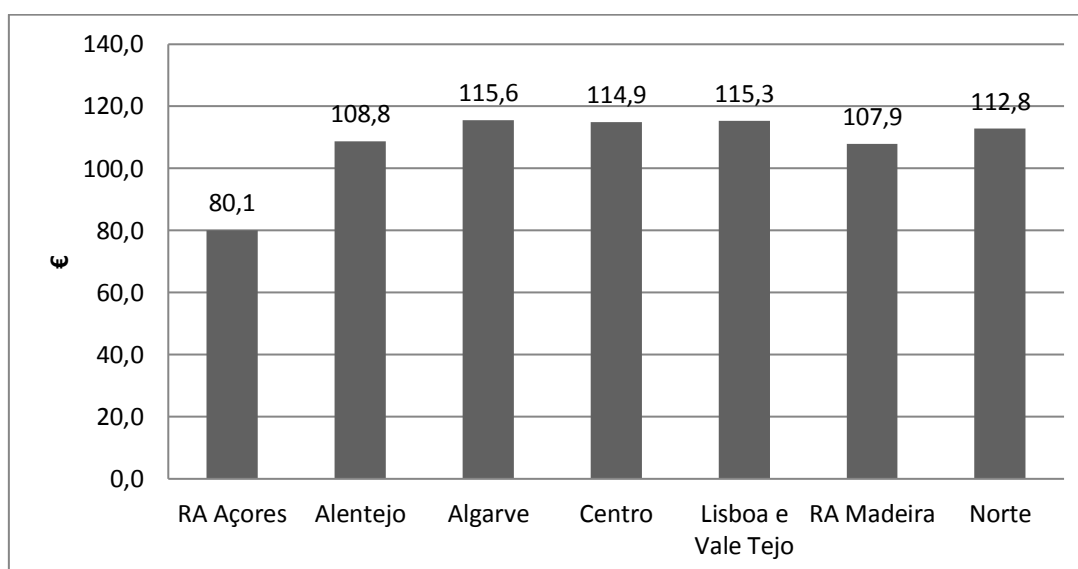
**Gráfico 7. Dimensão média das famílias segundo os censos de 2011, por regiões**



Fonte: INE, Censos de 2011

Ainda dentro dos fatores demográficos, podemos encontrar a dimensão média da família: esta é maior nos Açores do que no restante território nacional, algo que está relacionado com o maior número de crianças e jovens que existe no arquipélago, com a pobreza, dado que os agregados familiares mais numerosos (em especial se tiverem crianças e jovens) têm uma maior probabilidade de serem pobres (Diogo, 2018) e com o RSI, pois a forma como a prestação é calculada (por capitação dentro do agregado) torna mais provável aos agregados mais numerosos serem beneficiários do RSI.

**Gráfico 8. Prestação média por beneficiário, por regiões (NUTS II), dezembro 2016 (€)<sup>8</sup>**



Fonte: Pordata, Instituto da Segurança Social, dados de dezembro de 2016

A análise das prestações do RSI por indivíduo ajuda a perceber: i) as características da pobreza nos Açores; ii) a sua maior incidência nesta região por contraponto ao resto do país; e ainda, iii) a diferença do volume desta população entre os residentes nos Açores e em Portugal.

Assim, é possível observar que a prestação média por beneficiário é, nos Açores, a mais baixa do país. Em nosso entender isso deve-se ao facto de em muitas famílias beneficiárias (e o cálculo da prestação é feito por família) existirem rendimentos, em especial do trabalho, funcionando o RSI como um complemento a estes rendimentos.

<sup>8</sup> Dados ainda não disponíveis, por regiões NUTS II, para 2017.

Isso está associado à qualidade do emprego que tem vindo a ser debatida neste texto e ajuda a explicar o elevado número de beneficiários: para muitos o RSI é um complemento à sua atividade ou rendimento.

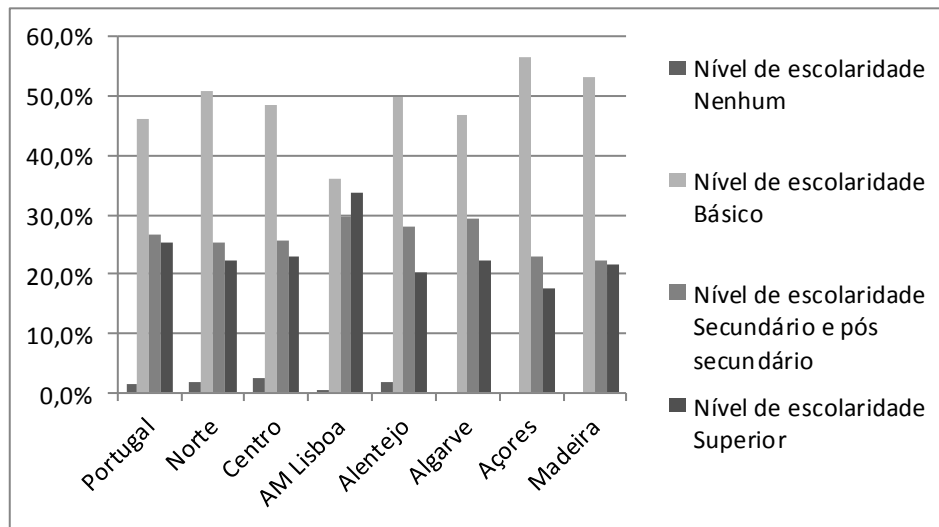
**Tabela 2. Tipo de rendimentos dos beneficiários do RSI nos Açores, 2018**

	<b>Março 2018</b>	
	<b>Nº</b>	<b>%</b>
Bolsas Formação	4	0,0
Complemen. Solidário para Idosos (CSI)	25	0,1
Direito a alimentos	552	2,9
Fundo garantia de alimentos a menores	281	1,5
Habitação permanente	472	2,5
Habitação social	397	2,1
Parentalidade	74	0,4
Prestações sociais (outras entidades)	1	0,0
Subsídios Atividades Ocupacionais	0	0,0
Subsídio residência ou outros sub. à habitação	263	1,4
Subsídio doença	44	0,2
Subsídio renda de casa	721	3,8
Pensões	1601	8,4
Subsídio de desemprego	256	1,3
<b>Rendimentos do trabalho</b>	<b>1737</b>	<b>9,1</b>
Outros rendimentos	998	5,3
<b>Total de beneficiários</b>	<b>18994</b>	<b>100</b>

Fonte: ISS

Com efeito, segundo a Segurança Social, 39,9% dos beneficiários dos Açores têm rendimentos sendo que a categoria que mais contribui para esse resultado são os rendimentos de trabalho com 9,1%. Infelizmente não nos foi possível aceder aos dados nacionais em relação a esta variável para proceder à respetiva comparação.

**Gráfico 9. População ativa por nível de escolaridade, 2017**



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego, Pordata

Uma última questão que contribui, simultaneamente, para a elevada taxa de pobreza e para o volume do RSI, respeita à escolaridade da população pois, no contexto nacional, é baixa (Diogo *et al.*, 2016, Palos, 2002, Rocha *et al.*, 2012a e 2012b). Neste texto, selecionámos a população ativa por nível de escolaridade, dado que nos permite situar o problema da escolaridade e, ao mesmo tempo, relacioná-lo com o emprego. Assim, podemos observar que os Açores apresentam uma população ativa com uma escolaridade baixa no contexto nacional, algo que, necessariamente, se traduz em ordenados baixos, em maior probabilidade de pobreza e num maior volume de indivíduos a receber o RSI por contraponto com a população residente. De relevar a íntima relação entre baixa escolaridade e uma atividade laboral sem qualidade na relação com o emprego (nos termos em que esta tem vindo a ser definida nesta comunicação), em especial nos sectores de atividade que identificamos como sendo os mais pujantes nesta Região (em termos de número de ativos): Agricultura, Pescas, Construção Civil e Turismo tendem a solicitar a boa parte dos seus ativos qualificações

escolares baixas verificando-se, assim, uma espécie de adequação perversa entre oferta e procura de emprego.

## **Conclusão**

Os Açores destacam-se no contexto nacional por apresentarem algumas especificidades em relação à média do país e das restantes regiões (NUTS II). Se isso é verdade em diversas variáveis também assume expressão no caso da pobreza e do peso dos beneficiários do RSI entre a população residente. A questão que se coloca é a do porquê de isso acontecer em relação a estes dois casos. Contudo, ao compararmos a taxa de pobreza com o RSI facilmente concluímos que apesar de ambas estarem acima da média nacional apresentam magnitudes muito distintas. Uma segunda questão (ou especificidade), portanto, é a de saber o que é que explica a grande diferença de magnitude entre estas variáveis.

Neste texto situamos estatisticamente estas questões e desenvolvemos análise para contribuir para a sua resposta.

Percebemos que a taxa de pobreza nos Açores se encontra indiretamente relacionada com o mercado de trabalho dado que, tradicionalmente, a taxa de pobreza é alta e a de desemprego baixa. Identificámos como fatores explicativos dessa dissonância a configuração do mercado de trabalho nos Açores, forte, em sectores de atividade em que a qualidade do emprego é normalmente baixa. Algo a que se pode associar uma tradicional taxa de atividade feminina baixa. Ambos os fatores são potenciadores da existência de um elevado número de trabalhadores pobres e de pobreza.

Contudo, a situação tem vindo a mudar nos últimos anos, dado que a taxa de desemprego (como a taxa de pobreza) subiu bastante, em especial ligada à grave crise da construção civil e depois voltou a descer de forma expressiva. Por outro lado, a taxa de atividade feminina tem apresentado uma clara trajetória de convergência com a média nacional (embora se questione a possibilidade de as mulheres mais vulneráveis à pobreza estarem menos envolvidas neste processo).

Por sua vez, o elevado número de beneficiários do RSI em relação à população residente deverá estar associado, em primeiro lugar, ao papel do estado, em concreto à rede de apoio social existente na Região, fazendo com que a diferença entre beneficiário potencial e real seja bastante mais pequena nos Açores do que no resto do país. A própria taxa de pobreza mais alta contribui para a diferença: por si só, mais pobres significa mais beneficiários. Acresce que muitos beneficiários do RSI possuem



rendimentos (em especial de trabalho), por via da baixa qualidade do emprego, é por isso que a prestação média por indivíduo é a mais baixa do país. Os fatores demográficos também jogam um papel dado que a dimensão média das famílias é maior nesta região que em qualquer outra. Esta maior dimensão da família reduz o rendimento *per capita* e, por essa via, facilita o acesso ao RSI e justifica parcialmente o seu maior volume nos Açores, bem como a maior taxa de pobreza.

Ainda dentro da explicação demográfica, sendo a Região do país com maior número de crianças e jovens, a literatura mostra que estes (e as famílias onde se integram) são especialmente vulneráveis à pobreza e às suas formas mais extremas às quais o RSI dá resposta, algo que também contribui para justificar o maior volume do RSI na Região (mas também de pobreza).

Finalmente, a relação com a educação é um dado de grande relevo. O RSI não recolhe dados sobre a escolaridade dos beneficiários mas outros estudos feitos para os Açores (Diogo, 2007) mostram que esta é muito baixa. Por sua vez, a escolaridade dos açorianos em geral e da população ativa em particular, é baixa no contexto nacional, algo que facilita a pobreza e, ao mesmo tempo, a potencial inclusão dos indivíduos como beneficiários do RSI. Esta questão está associada ao rendimento, dado que, em regra, uma escolaridade baixa se traduz em rendimentos de trabalho baixos e, por consequência, em pobreza.

Em conclusão, salientamos que este texto é um contributo, na linha de outros anteriormente realizados e aqui citados, para explicar alguns aspetos importantes da pobreza em Portugal e em particular nos Açores, mas não esgota, longe disso, a questão. O que se salienta é, sobretudo, a ideia de que os fatores estruturais (exteriores aos indivíduos, macrossociais e persistentes no tempo), desempenham um importante papel na explicação da pobreza dos indivíduos concretos e explicam porque é que existe alguma diferença entre o conjunto do território nacional e os Açores<sup>9</sup>.

## **Bibliografia**

Almeida, A. N. e Vieira, M. M. (2006). *A escola em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

---

<sup>9</sup> Este texto foi escrito de acordo com a grafia em vigor em Portugal.

- Bastos, A. (2015). Pobreza infantil. Diagnóstico e reflexão sobre os indicadores de aferição in Diogo, F.; Castro, A. e Perista, P. (2015). *Pobreza e exclusão social em Portugal: contextos, transformações e estudos*. Ribeirão: Húmus, pp. 101-113.
- Bastos, A. (Coord.). C. Machado e J. Passos (2011). *Números com Esperança. Abordagem Estatística da Pobreza Infantil em Portugal: da Análise às propostas de Actuação*. Porto: Editora Almedina.
- Bourdieu, P. (1979). *La distinction: Critique social du jugement*. Paris: Minuit.
- Bourdieu, P. (dir.) (1993). *La misère du monde*. Paris: Seuil.
- Capucha, L. (2005). *Desafios da Pobreza*. Oeiras: Celta.
- Carmo, R., Cantante, F. e Baptista, I. (2010). Educação: alguns sinais de recuperação, mas um longo caminho a percorrer in Carmo, R. (org.). *Desigualdades sociais 2010: Estudos e indicadores*. Lisboa: Mundos Sociais, pp. 53-79.
- Diogo, A. (2008). *Investimento das famílias na escola*. Oeiras: Celta.
- Diogo, A. e Diogo, F. (orgs.) (2013). *Desigualdades no sistema educativo: percursos, transições e contextos*. Lisboa: Mundos Sociais.
- Diogo, F. (2007). *Pobreza, Trabalho, Identidade*. Oeiras: Celta.
- Diogo, F. (2011). Notas e dados sobre a pobreza nos Açores. *Boletim Cultural da Horta*, nº 20, pp. 79-88.
- Diogo, F. (2013). Activos altamente desqualificados e insucesso do sistema de ensino in Diogo, A. e Diogo, F. *Desigualdades no sistema educativo: percursos, transições, contextos*. Lisboa: Mundos Sociais, pp. 45-69.
- Diogo, F. (2017). Algumas peculiaridades da pobreza nos Açores, in *Encontro - 20 anos de RSI na RAA – Reflexões*. CineTeatro Mira Mar, Rabo de Peixe, 11 de maio de 2017.

- Diogo, F. (2018). A pobreza infantil e o Rendimento Social de Inserção em Portugal: o mesmo problema tendências distintas. *Sociologia: Problemas e Práticas*, n.º 87, pp. 71-86.
- Diogo, F. e Rocha, G. P. N. (2018). Desigualdades de género e pobreza nos Açores. Texto policopiado, no prelo.
- Diogo, F. (coord.), Palos, A. C., Diogo, A., Tomás, L. e Silva, O. (2017b). *Juventude Açoriana e Mundo do Trabalho*. Ribeirão, Húmus.
- Diogo, F., Castro, A. e Perista, P. (2015). *Pobreza e Exclusão Social em Portugal: contextos, transformações e estudos*. Ribeirão: Húmus.
- Diogo, F., Palos, A. C. e Silva, O. (2016). A escolarização nos Açores: tendências recentes in *XI Encontro de Sociologia dos Açores, Universidade, Educação e Desenvolvimento*. Ponta Delgada, 17 e 18 de novembro.
- Diogo, F., Lourenço, N., Monterroso, C., Bulhões, M., & Pimentel, M. (2018). *Estratégia regional de combate à pobreza e exclusão social: Diagnóstico*. Governo Regional dos Açores.
- Palos, A. C. (2002). *Os jovens, a educação e o trabalho: estratégias de escolarização e projectos de futuro (o caso de jovens açorianos)*. Angra do Heroísmo, Tese de doutoramento apresentada à Universidade dos Açores (policopiado).
- Rocha, G. (1991). *Dinâmica populacional dos Açores no século XX: unidade, permanência, diversidade*. Ponta Delgada, Universidade dos Açores.
- Rocha, G. P. N. (2015), Uma modernidade tardia: mudanças demográficas nos Açores (1974-2014). in Á. Borralho (org.), *Revolução e democracia 40 anos após abril de 1974*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, 153-172.
- Rocha, G. P. N. (coord.); Palos, A. C., Diogo, F. & Tomás, L. (2012a). *Dinâmica demográfica, educação, emprego e desigualdades sociais nos Açores - 2014 a 2020*. Relatório final, relatório para a Direção Regional do Emprego.
- Rocha, G. P. N. et Tomás, L. (2012b). *Les tendances démographiques et migratoires dans les régions ultrapériphériques: quel impact sur leur cohésion économique,*

*sociale et territoriale? Rapport Region Autonome des Açores*. Universidade dos Açores CES-UA e INED.

Rocha, G. P. N., Lalanda, P. (Coord.); Caldeira, S. N., Sousa, Á., Palos, A. C., Soares, D., & Martins, N. (2010). *A violência doméstica na Região Autónoma dos Açores - estudo sócio-criminal Coleção Direitos Humanos e Cidadania*, Lisboa, Ministério da Administração Interna / *Domestic Violence in the Azores Autonomous Region - socio-criminal study (2010)*. Human Rights and Citizenship Collection. Lisboa: Ministério da Administração Interna.

Rocha, G. P. N., Lalanda-Gonçalves, R., Tomás, L., Diogo F. & Borralho, Á. (2016). Dinâmicas sociais nos Açores, in F. Luís Machado; A. N. de Almeida; & A. F. da Costa, *Sociologia e sociedade: estudos de homenagem a João Ferreira de Almeida*. Lisboa: Mundos Sociais, 267-285.

Sarmiento, M. J. e Veiga, F. (org.) (2010). *Pobreza infantil: realidades, desafios, propostas*. Ribeirão: Húmus.

Sarmiento, M. J., Fernandes, N. e Trevisan, G. (2015). A redefinição das condições estruturais da infância e a crise económica em Portugal in Diogo, F. Castro, A. e Perista, P. (2015), *Pobreza e exclusão social em Portugal: contextos, transformações e estudos*. Ribeirão: Húmus, pp. 81-99.

Sebastião, J. (2009). *Democratização do ensino, desigualdades sociais e trajetórias escolares*. Lisboa: Gulbenkian.